



TERMO DE REFERÊNCIA

vinculado ao DFD nº 14/2026

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 A presente contratação tem como objeto a: Execução de Microrrevestimento Asfáltico a Frio com emulsão modificada com polímero com espessura de 0,80 cm nas vias Av. Santa Catarina e Av. Luiz de Camões, conforme trechos especificados em memorial e arquivo kmz anexo. O objeto é tecnicamente caracterizado como **OBRA**.

| Item | Especificação | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário Estimado | Valor Total Estimado |
|------|--|-------------------|------------|-------------------------|----------------------|
| 1 | Execução de Microrrevestimento Asfáltico a Frio com emulsão modificada com polímero com espessura de 0,80 cm nas vias Av. Santa Catarina e Av. Luiz de Camões, conforme trechos especificados em memorial e arquivo kmz anexo. | Obra | 1 | R\$ 1.018.904,91 | R\$ 1.018.904,91 |

1.2 Os valores constantes na planilha orçamentária da Administração servem como **teto (preço máximo admissível)** para a contratação, sendo sumariamente desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores aos estimados pela municipalidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A intervenção é fundamental para garantir melhores condições de mobilidade urbana e acessibilidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Além de proporcionar melhores condições de segurança viária e pode reduzir os custos de manutenção, valorizar o patrimônio público, melhorar a qualidade de vida da população, fomentar a economia local e contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade. Por esses motivos, é fundamental que as gestões públicas invistam em obras de manutenção das vias, para garantir a segurança estrutural da via. É um investimento que traz retorno em curto e longo prazo, contribuindo para a valorização do patrimônio público e para a melhoria da qualidade de vida da população.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E VEDAÇÕES

3.1 Em conformidade com o art. 41 da Lei nº 14.133/2021, a execução do objeto observará as seguintes condições gerais:

- 3.1.1 **Não exigência de marca:** Não houve a indicação de marcas ou modelos específicos para a execução da obra.
- 3.1.2 **Não exigência de amostra:** Estão dispensadas a apresentação de amostras ou a realização de prova de conceito.



- 3.1.3 **Vedação de marca:** Não há vedação à utilização de marcas ou produtos específicos, desde que atendam aos padrões de qualidade e normas técnicas brasileiras (ABNT).
- 3.1.4 **Não exigência de carta de solidariedade:** Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade do fabricante.

4. MODELO DE EXECUÇÃO E PRAZOS

4.1 A dinâmica operacional da obra seguirá as diretrizes abaixo:

- 4.1.1 **Início:** Imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Administração.
- 4.1.2 **Prazo de Execução:** Até **4 (quatro) meses**, conforme cronograma físico-financeiro aprovado.
- 4.1.3 **Vigência do Contrato:** **7 (sete) meses** a contar da assinatura, podendo ser prorrogado se formalmente justificado.
- 4.1.4 **Assinatura do Contrato:** Previsão de formalização em até **6 (seis) meses após a homologação** da licitação.
- 4.1.5 **Garantia:** O prazo de garantia dos serviços observará o disposto na **Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)**.

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A gestão e a fiscalização serão exercidas em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas.

5.2 **Da Fiscalização Técnica** Compete ao fiscal anotar todas as ocorrências no histórico de gerenciamento, emitir notificações para correção de falhas e informar ao gestor sobre qualquer evento que possa impactar o cronograma.

5.3 **Da Gestão do Contrato** O gestor coordenará a atualização do processo administrativo, acompanhará a manutenção das condições de habilitação e formalizará processos de sanção caso ocorra inexecução.

5.4 **Do Preposto da Contratada** A contratada deverá designar formalmente, antes do início dos serviços, um **Preposto** para representá-la perante a fiscalização. Este preposto deverá ser mantido no local da obra durante todo o **período de execução**, com poderes para adotar providências imediatas solicitadas pela Administração.

5.5 Designação

- **Gestor:** Ederson Maike da Silva
- **Fiscal:** Edson Teixeira da Silva.
- **Gestor Substituto:** Isabel Cristina Stanck De Oliveira.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

6.1 **Medição** A medição será efetuada por etapas concluídas do Cronograma Físico-Financeiro. A contratada deverá apresentar: planilha de medição, memória de cálculo, memorial fotográfico e **documentos comprobatórios da procedência legal de produtos florestais** (madeiras e subprodutos), quando utilizados.



6.2 Recebimento

- 6.2.1 **Recebimento Provisório:** Em até **30 dias** após a comunicação de conclusão da etapa pelo fiscal técnico.
- 6.2.2 **Recebimento Definitivo:** Em até **90 dias** após o recebimento provisório, mediante verificação minuciosa de qualidade e conformidade técnica.
- 6.2.3 **Pagamento** O pagamento ocorrerá em até **20 dias úteis** após a liquidação da nota fiscal. A fatura deve obrigatoriamente ser acompanhada das **Certidões Negativas de Débitos** (FGTS, Trabalhista e Fazendas). Eventuais atrasos imputáveis à Administração ensejarão atualização monetária pelo **INCC (Índice Nacional de Custo da Construção)**, conforme Art. 92, V da Lei 14.133/2021. Justificada sua escolha, por ser o mais eficiente índice setorial disponível.

7. FORMA DE SELEÇÃO E REGRAS DE EXEQUIBILIDADE

- 7.1 **Modalidade:** Concorrência, na forma **Eletrônica**.
- 7.2 **Critério de Julgamento:** Menor Preço.
- 7.3 **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário.
- 7.4 **Regras de Exequibilidade** Nos termos do Art. 59, §3º da Lei nº 14.133/2021, propostas que apresentarem valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor global estimado (ou seja, desconto superior a 25%) serão objeto de diligência obrigatória. O licitante deverá comprovar a viabilidade através de composição detalhada de custos e memória de cálculo das parcelas de maior relevância, demonstrando a compatibilidade dos preços com os insumos de mercado.

8. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1. **Habilitação Jurídica e Fiscal** Regularidade com o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), FGTS, Justiça do Trabalho e Fazendas Federal e Municipal.
- 8.2. **Qualificação Técnica Profissional (Obrigatório)** Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, no mínimo 1 (um) Arquiteto e Urbanista ou 1 (um) Engenheiro, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrada no CREA/CAU, que ateste experiência em:

- **Serviço de Microrrevestimento**

- 8.2.1 *Na inviabilidade de possuir o profissional na data da sessão, será aceita declaração formal de compromisso de contratação do Responsável Técnico antes da assinatura do contrato.*

- 8.3 **Qualificação Técnica Operacional** Apresentação de atestados em nome da licitante (Pessoa Jurídica), emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços similares e compatíveis com o objeto.
- 8.3.1 A comprovação deverá demonstrar aptidão para execução dos serviços característicos do objeto, especialmente Pavimentação em Asfalto, Drenagem Urbana, Urbanístico e Obras Complementares, com a exigência de quantitativos



mínimos de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, nos termos do art. 67, §2º, da Lei 14.133/2021.

- 8.4 **Qualificação Econômico-Financeira** Índices de LG, LC e SG superiores a 1. Caso os índices sejam iguais ou inferiores a 1, será exigido Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido de 10% do valor total estimado.
- 8.5 **Vistoria Técnica** A licitante deverá realizar vistoria no local da obra para pleno conhecimento das condições de execução. O atestado de visita deve ser solicitado junto à Secretaria de Planejamento e Obras. Alternativamente, a licitante poderá apresentar **Declaração Formal** assumindo total responsabilidade pelo conhecimento das condições do local e dos riscos inerentes à execução.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 Os recursos financeiros estão assegurados conforme a seguinte dotação:

| | | |
|--|---------------------------------|--------------------|
| Fonte de recursos: ESTADO | Valor: R\$ 856.188,73 | Percentual: 84,03% |
| Conta para empenho: OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA 09.001-1.274 | | |
| Código de despesa: 100 | Elemento de despesa: 44.90-5191 | |

| | | |
|--|---------------------------------|--------------------|
| Fonte de recursos: Município | Valor: R\$ 162.716,18 | Percentual: 15,97% |
| Conta para empenho: OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA 09.001-1.274 | | |
| Código de despesa: 100 | Elemento de despesa: 44.90-5191 | |

10. DISPOSIÇÕES FINAIS E ASSINATURAS

Lages/SC, 12 de março de 2026.

GESTOR

Nome: Ederson Maike da Silva
Cargo: Agente Administrativo
E-mail: ems.maike@gmail.com

FISCAL

Nome: Edson Teixeira da Silva
Cargo: Eng. Civil
E-mail: engobraslages@gmail.com

GESTOR SUBSTITUTO

Nome: Isabel Cristina Stanck De Oliveira
Cargo: Gerente Administrativo e Financeiro
E-mail: obras@lages.sc.gov.br



**SECRETARIA DE OBRAS
E INFRAESTRUTURA**



Responsável pela elaboração do TR

Ederson Maike da Silva
Matrícula 57914662

Secretário Municipal de Obras

Cleber Machado Arruda